

Parecer nº 223/99

Data: 1999.12.15

Processo nº 793

Requerente: Manuel Rodrigues, Advogado, em representação de Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva

1 - O pedido

Manuel Rodrigues, Advogado, mandatário de Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva, veio requerer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso à ficha clínica, arquivada no Hospital de Santa Maria, Lisboa, de Isildo Marques e Silva, marido da sua constituinte, falecido em 17 de Julho de 1999, em Moçambique.

Alegou necessitar a dita Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva de aceder à ficha clínica de seu falecido marido, relativa ao período em que ele foi operado e esteve, a seguir, internado, a partir de 12/6/99, no serviço de cardiologia do Hospital de Santa Maria. Assenta essa necessidade em que surgiram dúvidas sobre a causa da sua morte, ocorrida em Moçambique um mês após esse internamento. Na verdade, acrescenta, não lhe foi feita autópsia e do certificado de óbito consta apenas que ele sofreu um ataque cardíaco, que o vitimou, não se sabendo, designadamente, se a morte terá resultado de um acidente de trabalho.

2 - Os factos

Consideram-se provados os alegados vínculo conjugal e falecimento, através de fotocópias (que se juntaram ao processo) dos assentos de óbito do referido Isildo Marques e Silva, lavrados em Portugal e em Moçambique. Também se juntou ao processo fotocópia do bilhete de identidade da referida Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva.

Também se considera provado, através de fotocópia da respectiva procuração, que a mesma Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva outorgou ao referido advogado requerente, bem como a dois outros seus colegas de escritório, os invocados poderes forenses.

3 - O Direito

3.1. Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais – cf. o artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)*, da LADA –, como são, em regra, as fichas clínicas, é permitido o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo (cf. artigo 8º, nº1, da LADA). Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2, da LADA);
- Obtenção de parecer favorável da CADA cf. artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea *c)*, da LADA .

3.2. É doutrina da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo para acesso a certos dados clínicos de pessoa falecida existe em situações em que um seu familiar muito próximo, como é a sua viúva, necessite de conhecer, com a maior certeza possível, a causa da sua morte, ou circunstâncias prévias a esta, como é o caso de internamento ocorrido cerca de um mês antes.

A finalidade invocada no requerimento em apreço permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito de Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva (e, conseqüentemente, do advogado a quem ela outorgou poderes forenses bastante) ao acesso aos mencionados dados pessoais de seu falecido marido.

4 - Parecer

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da LADA, emitir parecer favorável ao acesso de Encarnação dos Prazeres Ramos e Silva (por si ou através de um dos seus referidos advogados) à ficha clínica de seu falecido marido, arquivada no Hospital de Santa Maria, Lisboa.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela citada Lei nº 94/99.

Envie-se cópia deste parecer ao requerente e ao Hospital de Santa Maria.

Aprovado na sessão de 15 de Dezembro de 1999.

Amadeu Guerra (Relator) – *Silva Marques* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* –
Renato Gonçalves – *Gameiro dos Santos* – *Branca Amaral* – *Castro Martins*
(Presidente)